TL2152

TIMOR LESTE

Geografia

A ilha de Timor situa-se na ponta leste do arquipelago Indonésio, no grupo das pequenas ilhas Sunda. Tem cerca de 480 km de comprimento e 100 km de largura no seu ponto mais largo e fica a cerca de 300 milhas de Darwin.

No mar de Timor, entre Timor Leste e a Austrália, há reservas petroliferas consideradas entre as vinte maiores do mundo. O território tem ainda depósitos de cobre, ouro, manganês e gáz natural. Os seus 600 km de costa são muito ricos em peixe.

A população em 1974 foi estimada em 800.000 habitantes. Apesar de agora falarem Bahasa Indonésio, muitos timorenses preferem exprimir-se em tetum, português ou noutras das mais de 30 linguas etnicas. O catolicismo está generalizado, mas as antigas tradições animistas persistem.

O PASSADO COLONIAL

Os navegadores portugueses chegaram a Timor no século XVI. Tal como os chineses e mercadores ocidentais do arquipélago, antes deles, também os portugueses viram na ilha uma fonte abundante de sândalo. Nos dois séculos seguintes, a influência portuguesa limitou-se a acções missionária e só no século XVIII se estabeleceu uma sede de governo. Pouco depois, perante o conflito com os holandeses pelo domínio do comércio de sândalo, os portugueses recuaram para a parte oriental de Timor. Até aos finais do século XIX, a autoridade portuguesa nunca foi forte, o domínio era frequentemente repelido com eficácia pelos liurai, os dirigentes nativos da ilha. Os missionários dominicanos também se envolveram em revoltas e na oposição ao governo.

Uma série de rebeliões sangrentas entre 1894 e 1912 acabaram por conduzir a uma "pacificação" efectiva. Entretanto, o comércio do sândalo diminuíra e com Portugal mergulhado numa fase de depressão depois da grande guerra, Timor Leste caíu no abandono económico, destacando-se, apenas, como um modesto produtor de café de alta qualidade e como um país distante, destino de exilados politicos.

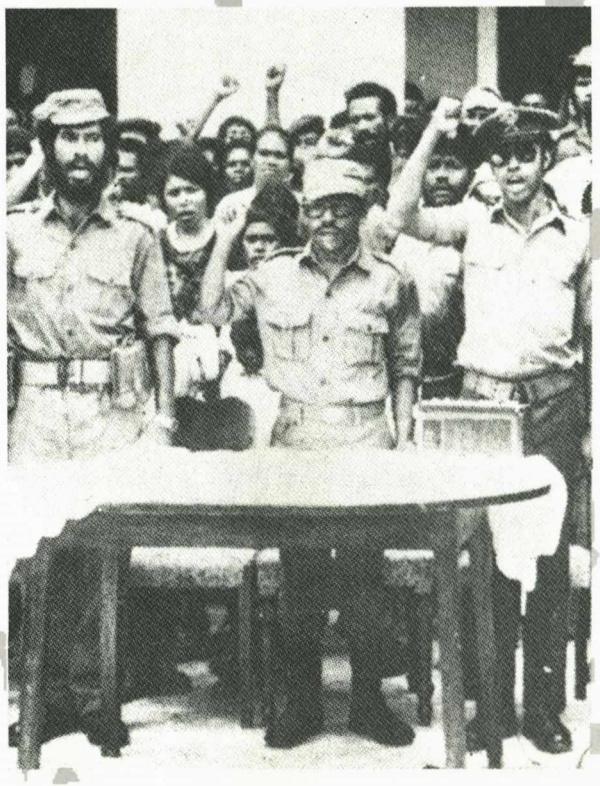
Durante a segunda Guerra Mundial, 20.000 soldados japoneses ocuparam Timor leste, apesar da neutralidade de Portugal. Várias centenas de soldados australianos conduziram uma guerra de guerrilha matando 1.500 japoneses e prendendo os restantes. O êxito desta operação foi conseguido com a ajuda inestimavel dos timorenses ocidentais que pagaram duramente os custos deste apoio prestado. Os japoneses destruíram aldeias inteiras, roubaram mantimentos e executaram timorenses que viviam nas áreas onde os australianos actuavam. As explorações situadas nas zonas de guerra foram abandonadas, o que provocou a fome.

Se incluirmos as mortes causadas pelos bombardeamentos aéreos aliados, que se destinavam a preparar o terreno para a recaptura da ilha, mais de 40.000 timorenses orientais morreram até ao fim da guerra.

Portugal reconquistou o domínio do território depois da guerra apesar da tendência geral para a descolonização. A característica mais notória da governação portuguesa foi o abandono - as infraestruturas de saúde e educação eram praticamente inexistentes e havia poucas estradas fora de Dili. Após a guerra, porém, Timor Leste assistiu á melhoria da sua economia e a uma estabilidade relativa apesar de uma rebelião, prontamente abafada, em 1959 e, na década de sessenta, uma élite culta com aspirações nacionalistas ter começado a dar sinais de vida. A natureza do domínio colonial foi, sempre, repressiva e alvo de críticas internacionais.

TIMOR LESTE PREPARA-SE PARA A INDEPENDÊNCIA

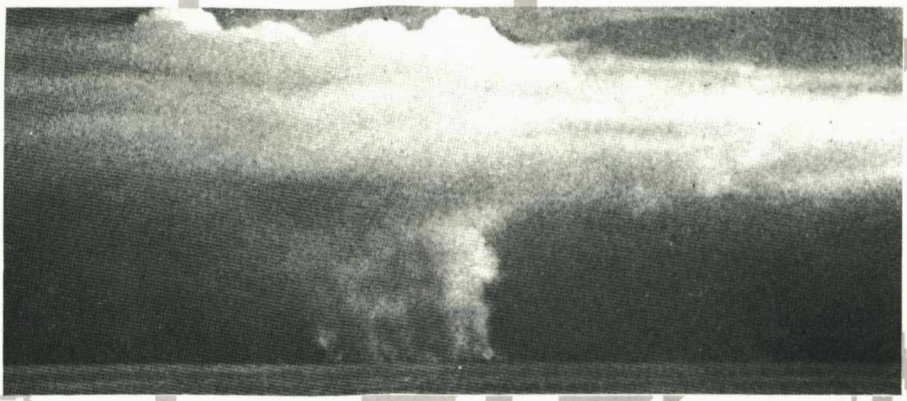
A revolução de 25 de Abril de 1974 que fez cair a ditadura fascista, em Portugal, abriu as portas simultâneamente á democracia em Portugal e á auto-determinação e independência para as suas antigas colónias. E 1974 e 1975 são



criados partidos politicos em Timor.
Os dois partidos mais populares eram a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária para a Independência de Timor Leste (FRETILIM). Apenas a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) - que era financiada pela Indonésia e nunca teve mais de trezentos apoiantes - era a favor da integração na Indonésia. Em 14 de Novembro de 1974 o novo governo, chegado a Timor, inicia-se um trabalho sistamático de descolonização, preparando o território para uma auto-determinação a curto prazo.

Apesar de dificuldades e problemas, as medidas tendentes à descolonização vão-se concretizando, nomeadamente nas áreas da administração local e do ensino. Em 11 de Junho de 1975 é promulgada a lei 7/75 que previa a eleição, em Outubro do mesmo ano, de uma Assembleia Popular de Timor para definir o seu futuro estatuto politico.

As medidas tendentes a criar um clima de serenidade e moderação são muito mal vistas pelas autoridades indonésias que as criticam duramente.



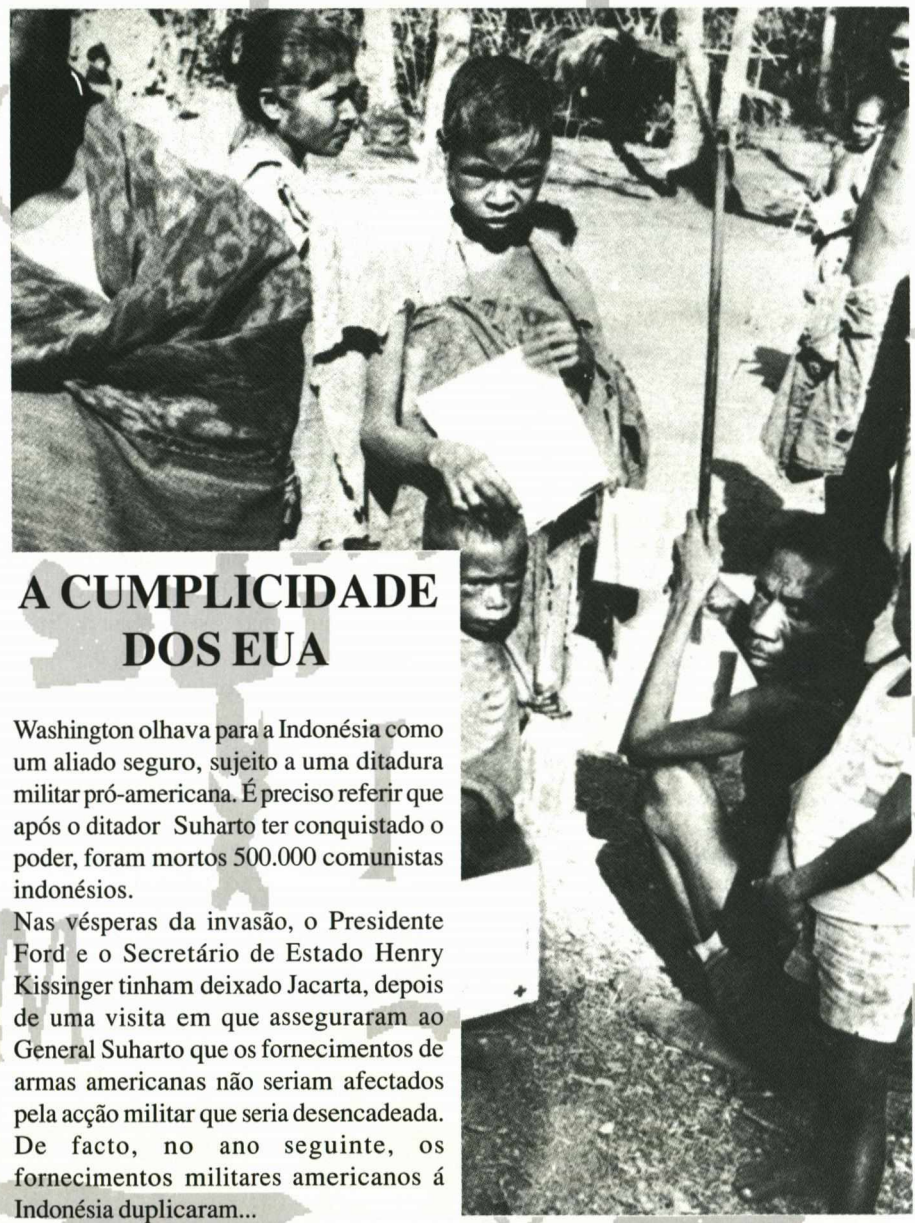
A INDONÉSIA OBTÉM O APOIO AUSTRALIANO E AMERICANO PARA ABSORVER TIMOR

Em 6 de Setembro de 1974, o general Suharto recebe o apoio da Austrália, por intermédio do primeiro-ministro australiano Gough Whitlan, para prosseguir a politica de anexação de Timor-Leste. Washington, por seu lado, apoia discretamente a Indonésia e espera que esta, ao invadir Timor-Leste, o faça "com eficácia, rapidamente" e que não utilize "o nosso equipamento" - palavras do seu diplomata em Camberra. As tropas indonésias utilizaram armas americanas e a repressão foi ampla, prolongada e sangrenta. As razões que levaram a que os EUA e a Austrália apoiassem a invasão de Timor-Leste são no essencial:

- razões geostratégicas, relacionadas com a importância geográfica da Indonésia para os EUA, para a Austrália e para o mundo ocidental, em geral;

- interesses económicos relacionados com a enorme riqueza petrolífera do mar de Timor;
- necessidades internas do regime indonésio para dar uma "lição" aos movimentos autonomistas que surgiam em várias ilhas da região.

Contando com o apoio expresso da Austrália e a conivência dos EUA, a Indonésia avançou com o seu plano anexionista.



A CUMPLICIDADE DOS EUA

Washington olhava para a Indonésia como um aliado seguro, sujeito a uma ditadura militar pró-americana. É preciso referir que após o ditador Suharto ter conquistado o poder, foram mortos 500.000 comunistas indonésios.

Nas vésperas da invasão, o Presidente Ford e o Secretário de Estado Henry Kissinger tinham deixado Jacarta, depois de uma visita em que asseguraram ao General Suharto que os fornecimentos de armas americanas não seriam afectados pela acção militar que seria desencadeada. De facto, no ano seguinte, os fornecimentos militares americanos á Indonésia duplicaram...

A INDONÉSIA INVADE TIMOR LESTE

Começam os ataques fronteiriços da Indonésia que consegue avançar alguns quilómetros, mas não muitos. A Fretilin, embora muito mal armada, sem aviação, sem marinha e sem artilharia pesada, resiste com muita coragem e tenacidade ao avanço das forças inimigas.

Perante esta situação, e antes que fosse conhecida internacionalmente (assassinando jornalistas estrangeiros que se encontravam em Timor), a Indonésia decide fazer uma invasão em força. A 5 de Dezembro de 1975, o Presidente Gerald Ford e o Secretário de Estado Henry Kissinger visitam Jacarta. Já anteriormente a CIA, a 1 de dezembro, informava Washington que a Indonésia não desencadearia uma operação militar em larga escala contra Timor-Leste antes de terminar a visita do Presidente Ford.
Os EUA conseguiam, assim, que a invasão, marcada para 5 de Dezembro, fosse adiada para evitar uma coincidência embaraçosa. E ás 2 horas da manhã de domingo, 7 de Dezembro de 1975, começa a invasão, com um ataque maciço a Dili, com forças navais, aéreas e o desembarque de numerosos batalhões, envolvendo perto de dez mil soldados.

Na ilha de Atauro, a guarnição portuguesa retira-se para Darwin, impotente perante forças tão numerosas.

Em Fevereiro de 1976, o Vice-Governador de Timor-Leste, de nomeação Indonésia, admitiu que 60.000 pessoas haviam morrido desde a invasão. Como resultado destas atrocidades e das que se seguiram, as populações de cidades inteiras e aldeias vizinhas abandonaram as suas casas em busca de zonas seguras, atrás das linhas da Fretilim.
Desta forma, mais de 500.000 timorenses foram deslocados. Em Abril de 1976 havia 32.000 soldados indonésios em Timor-Leste, para além dos 10.000 estacionados em Timor Ocidental. No dia 31 de Maio, as autoridades militares indonésias convocaram uma "Assembleia do Povo" e os vinte e oito delegados a este corpo não eleito aprovaram uma resolução reclamando a integração. A 17 de julho, o Presidente Suharto assinou a lei que integrava Timor-Leste na Indonésia e a considerava como 27ª província.

TIMOR-LESTE NA ONU

No dia da invasão Potugal corta relações diplomáticas com a Indonésia e solicita uma reunião urgente do Concelho de Segurança da ONU para este tomar posição sobre o acto de agressão da Indonésia. A 12 de Dezembro a Assembleia Geral da ONU aprova uma resolução que (...), deplora profundamente a intervenção militar das forças armadas indonésias em Timor Português, (...) exorta o governo da Indonésia a que (...) retire, sem demora, as suas forças armadas do território, a fim de o povo timorense poder exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência e recomenda ao Conselho de Segurança que " adopte medidas urgentes para proteger a integridade territorial de Timor Português e o direito inalienável do seu povo à auto determinação".
O Conselho de Segurança da ONU reúne a 22 de Dezembro e aprova por unanimidade uma resolução reafirmando o direito do povo de Timor-Leste à auto determinação e independência e exorta a Indonésia a que retire as suas tropas do território.

GUERRA E RESISTÊNCIA

Apesar de dotadas de recursos muito superiores, as forças indonésias sofreram, nos primeiros meses, muitas baixas. O seu controlo sobre o território limitava-se às zonas costeiras e fronteiriças. Os aviões antiguerrilha que a Indonésia adquiriu após 1977 foram peça chave da campanha de cerco e aniquilamento. O governo americano forneceu os aviões mais importantes (OV10-Broncos, F5 e A4), bem como aviões de transporte, carros blindados e uma quantidade enorme de espingardas, metralhadoras e equipamento de comunicações. A Indonésia comprou, também, "Sabres" à Malásia, helicopteros Alouette à França e aviões-caça de treino à Inglaterra. As zonas montanhosas, onde as populações se refugiaram, foram intensamente bombardeadas, impedindo o cultivo dos campos. A fome veio juntar-se aos efeitos dos ferimentos; das doenças e dos deslocamentos. Em 1978 e 1979, centenas de timorenses foram forçados a abandonar as montanhas. Comunidades inteiras foram separadas e agrupadas em "aldeias estratégicas". As equipas de socorro autorizadas a participar na limitada operação de ajuda compararam a situação à do Biafra, durante a guerra-civil da Nigéria. Calcula-se que, de uma população de 700.000 pessoas, 200.000 tenham morrido.

Em 1979, os indonésios controlavam todo o país e acreditavam que a Fretilin estava derrotada pois todos os seus líderes haviam sido mortos ou presos. Porém, a leste, um punhado de guerrilheiros sobreviveu e reuniu-se sob a liderança de Xanana Gusmão.

Em 1980, a resistência recomeçou as operações com unidades menores e conduzindo uma guerrilha defensiva clássica. Sem qualquer apoio externo, as FALINTIL sobreviveram a novas operações militares em 1981, 1983-84, 1986-87, 1988 e 1990 conseguindo criar ligações com povoações estratégicas, bem como com Dili e outras cidades.

Apesar do cessar-fogo de 1983, altura em que o comandante militar indonésio se encontrou com Xanana Gusmão, as forças militares do ocupante enveredaram por uma repressão implacável. Recrutaram civis para caminharem à frente das tropas de primeira linha durante as operações designadas por "barreira de pernas", de modo a afastar os guerrilheiros. A vigilância intensificou-se e aos suspeitos de colaboração com a resistência aplicava-se um tratamento brutal. Os que se rendiam eram, muitas vezes, executados de imediato, e ocasiões houve em que centenas de civis foram massacrados a sangue-frio. Existe documentação que refere numerosos casos de assassinato, "desaparecimento", violação e prisão politica. Timor-Leste foi mantido isolado do resto do mundo, e as visitas que ocorreram eram manifestamente encenadas.

É um facto que durante todos estes anos o povo de Timor resistiu heroicamente ao terror e ao genocídio,mas é também evidente o contributo fundamental da luta armada.

A tenacidade da resistência timorense conduziu a um circulo vicíoso, em que a crescente força militar levava ao endurecimento da oposição.

NAS NAÇÕES UNIDAS O APOIO À CAUSA MAUBERE APRESENTA UMA CURVA DESCENDENTE

Com base em elementos que o Director Geral da Missão das Nações Unidas, Winspeare Guicciardi recolheu (com numerosos entraves por parte da Indonésia, não lhe permitindo visitar algumas zonas e não o deixando contactar com a Fretilin), o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova uma resolução a 22 de Abril de 1976 em que "(...) Reafirmando o direito inalienável do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência (...) Apela ao governo da Indonésia para retirar, sem mais demora, todas as suas forças do território (...)"

Esta resolução é aprovada por 12 votos a favor, nenhum contra e 2 abstenções: Japão e EUA...

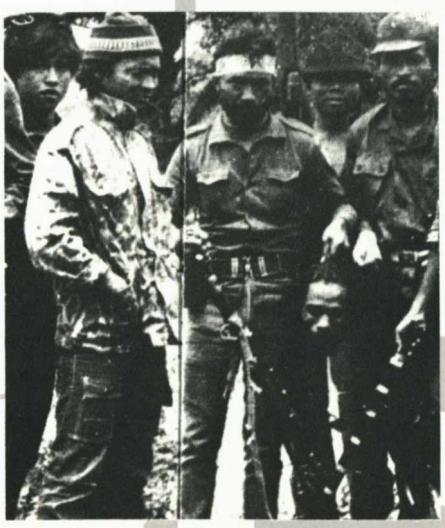
De Dezembro de 1975 a 23 de Novembro de 1982, a Assembleia Geral vota 8 resoluções sobre o caso de Timor-Leste. De ano para ano o seu conteúdo vai perdendo força e significado. A primeira recebeu 72 votos a favor, 10 contra e 43 abstenções.

Quanto à ultima, 50 votos favoráveis, 56 contra e 43 abstenções.

Esta resolução (37/30) transferiu a responsabilidade do caso Timor-Leste para o Secretário-Geral. Todos os anos tem sido apresentado um relatório, mas a Assembleia Geral tem vindo a adiar, desde 1982, o debate sobre esta questão e naturalmente, a adopção de novas resoluções.

Os EUA comandaram sempre a obstrução a qualquer projecto que pudese levar à retirada indonésia e à criação de condições para o exercício do direito à independência pelo povo maubere. Abstiveram-se imediatamente imediatamente após a invasão, mas, a partir de 1976, votaram sempre contra as resoluções. Em Outubro de 1977, Washington reconheceu de facto a integração de Timor-Leste como província indonésia.

Outras instâncias internacionais têm vindo a tomar posição na defesa do direito à autodeterminação do povo timorense. São o caso do Movimento dos Não-Alinhados, a União Inter-Parlamente, o Parlamento Europeu e a Assembleia Paritária APC-CEE.



O MASSACRE DE SANTA CRUZ

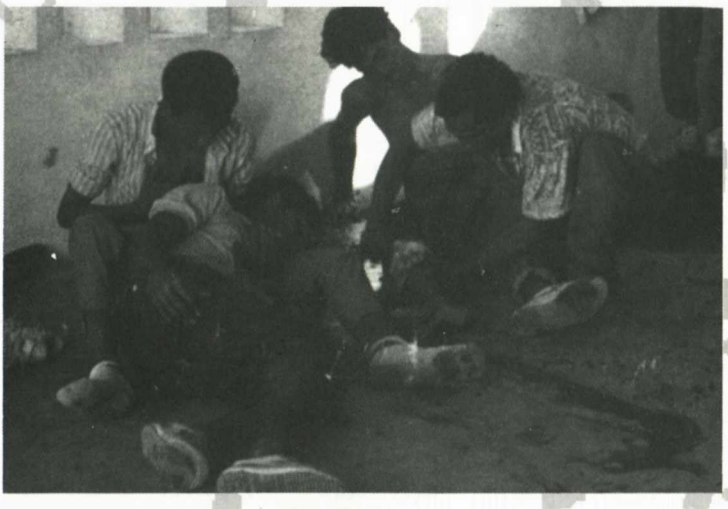
A frágil e insignificante abertura de Timor-Leste permitiu que a resistência urbana adoptasse uma táctica politica mais aberta. Embora a visita do Papa, em 1989, tivesse a intenção de mostrar que deixara de haver um problema de segurança e que a população tinha aceite a integração, a Missa Papal terminou com uma manifestação a favor da independência que foi notícia em jornais de todo o mundo. Duas outras manifestações, em Janeiro e Setembro de 1990, acabaram em confrontos entre estudantes e soldados. A resistência civil veio a representar um papel destacado ao colaborar com a resistência armada-era tal a organização do movimento clandestino que Robert Domm, um advogado australiano, conseguiu passar a segurança indonésia para se encontrar com Xanana e entrevistá-lo.

Depois de 1985, as consultas entre Portugal e a Indonésia concentraram-se na negociação dos termos em que ocorreria uma visita de deputados portugueses a Timor-Leste e, embora as discordâncias diplomáticas afastassem os dois lados, ficou, finalmente, estabelecido que a deslocação se realizaria em Novembro de 1991.

Os timorenses preperavam-se para aproveitar a visita e mostrar a sua oposição à presença Indonésia, o que levou a um aumento da repressão e ameaças de morte, a fim de evitar que a população contactasse os deputados Portugueses. Pouco tempo antes da partida da delegação, a visita foi indefinidamente adiada, supostamente devido às objecções da Indonésia à inclusão de uma jornalista australiana. No dia 12 de Novembro, após assistirem a uma missa em memória de um activista independentista, os manifestantes marcharam pelas ruas até ao cimitério de Santa Cruz. As tropas indonésias atiraram, deliberadamente, sobre a multidão, matando mais de 200 pessoas. O filme do massacre, testemunhado por vários jornalistas estrangeiros, foi amplamente exibido, causando o repúdio publico um pouco por todo o mundo.

As autoridades indonésias tentaram justificar as mortes como um incidente isolado e atribuir as culpas a desordeiros desempregados. Todavia, os países ocidentais condenaram o massacre e pressionaram o governo indonésio o suficiente para que este tomasse uma

iniciativa sem precedentes: formar uma comissão de inquérito e julgar vários militares em tribunal militar. Mas nenhum deles alterou a posição oficial sobre Timor-Leste. A 19 de Dezembro, a Austrália e a Indonésia assinaram o tratado final para a produção de petróleo na Plataforma de Timor. Em 2 de Fevereiro de 1992, a Inglaterra vendeu um navio de abastecimento à Marinha Indonésia; a British Aerospace está em vias de entregar uma encomenda de jactos Hawk. A venda de armas continua em crescimento. Em Março, a Comissão para os Direitos Humanos das Nações Unidas não hesitou em aprovar uma resolução a condenar o massacre de Santa Cruz e felicitou o governo indonésio pelas medidas tomadas. Apesar de rejeitar a ajuda holandesa por causa da sua suspensão temporária e da possibilidade da futura ligação entre a ajuda e o respeito pelos Direitos Humanos, a Indonésia recebeu um apoio recorde de cinco mil milhões de dólares.



O repúdio internacional pelo massacre obrigou o Presidente Suharto a mostrar-se "imparcial", levando timorenses e militares indonésios a julgamento. Na realidade, os timorenses que se manifestaram pacificamente em Jacarta, foram sentenciados em nove e dez anos, enquanto os soldados indinésios que dispararam sobre uma multidão indefesa foram punidos com penas de alguns meses. Os Timorenses que foram julgados em Dili receberam penas ainda maiores, que foram de quinze anos a prisão perpétua.

Os corpos daqueles, que foram assassinados durante o massacre não foram entregues às familias enlutadas. Timor-Leste, apesar dos desmentidos oficiais, encontra-se, de novo, vedado e a lei da repressão militar entrou, mais uma vez, em vigor. Há noticias de execuções, efectuadas no rescaldo do massacre.

AS CONVERSAÇÕES DA ONU E A PRISÃO DE XANANA

À luz do massacre de Santa Cruz e do papel crescente das Nações Unidas na resolução de conflitos regionais, era difícil ignorar a ilegalidade da anexação de Timor-Leste pela Indonésia. As negociações preliminares entre a Indonésia e Portugal preparavam o terreno para conversações sérias na ONU em Nova Iorque com início em 17 de Dezembro de 1992, que deviam abrir caminho para a participação timorense nas "conversações de aproximação". Pensava-se que o Secretário-Geral Boutros-Gali se preparava para consultar os líderes timorenses, especialmente Xanana Gusmão e o Bispo Ximenes Belo, chefe da Igreja Católica de Timor-Leste.

Contudo, antes das conversações de Nova Iorque se realizarem, Xanana foi preso pelas forças de segurança indonésias a 20 de Novembro, nos arredores de Dili. Na sequência disso, vários familiares e amigos em casa de quem se alojara foram, igualmente presos. As organizações clandestinas foram obrigadas a dissolver-se publicamente e os militares anunciavam a notícia falsa de que muitos elementos da resistência se tinham rendido. O próprio Xanana foi exibido na televisão numa série de entrevistas em que renunciava à luta pela independência e afirmava que Timor-Leste era parte da Indonésia. Esta aparente alteração de opinião foi tão abrupta que muitos observadores, incluindo o Bispo D. Ximenes Belo, sentiram que era uma prova de coerção e/ou tortura. Apesar das exigências internacionais para a sua libertação, Xanana foi acusado de rebelião, conspiração e tentativa de formar um estado separado e, também, de porte ilegal de armas de fogo. Apesar da prisão e da sua pública "conversão" às ideias indonésias, a resistência, sofrendo inegavelmente um duro golpe, foi capaz de se recompor, e continuar a luta armada e civil.

Prisões, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos continuam a ser um lugar comum.

A resolução do problema é apenas uma: o fim da ocupação ilegitima de Timor-Leste por parte da Indonésia, de forma a garantir a independência e a auto determinação deste povo e o respeito pela liberdade e os Direitos Humanos.

Os Estados unidos desejaram que fosse este o destino de Timor e trabalharam para que isso acontecesse. O Departamento de Estado desejou a ineficácia completa e total das Nações Unidas na concretização de todas as medidas tomadas. Incumbiram-me desta missão e eu cumpri-a com êxito considerável.

Daniel Patrick Moynihan, Embaixador nas Nações Unidas

Quando levam estas pessoas para a prisão, a primeira coisa que lhes fazem é espancá-las. Tenho recebido cartas de prisioneiros e ex-prisioneiros que me contam todos os tipos de tortura, choques eléctricos, queimadura dos órgãos genitais com cigarros, mergulhos em barris de água gelada e chicotadas até dizerem que são colaboradores da FRETILIN

Bispo D. Ximenes Belo, 11 de Fevereiro de 1993

Todos os paises têm direito à independência, sem excepção para o povo de Timor... Qualquer que seja o governo de Timor no futuro, depois da independência, pode estar certo de que o governo se empenhará em manter boas relações de amizade e cooperação para bem de ambos os países.

Adam Malik, Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio, 17 de Junho de 1974

BIBLIOGRAFIA:

Obrigações de Portugal como potência administrante do território não autonomo de Timor-Leste -

Assembleia da Républica - Biblioteca

Timor Terra Sangrenta

Jill Jolliffe

O jornal

Já ouviu falar de Timor Leste?

British Coalition for East Timor

Comissão para os Direitos do Povo Maubere

Câmara Municipal de Lisboa